



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

REQUERIMENTO N° , DE 2019
(Do senhor Márcio Jarry)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para debater o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos da América, para a utilização comercial do Centro de Lançamentos de Alcântara e seus diversos impactos.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 117, inciso VIII, e art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública desta Comissão em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, destinada a debater o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos da América, que permite o uso comercial do Centro de Lançamentos de Alcântara e seus diversos impactos.

Para tanto, sugerimos que sejam convidados:

- Representante do Ministério da Defesa;
- Representante do Ministério das Relações Exteriores;
- Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- Representante do Governo do Estado do Maranhão;
- Representante da Fundação Palmares; e
- Representante da comunidade de quilombolas de Alcântara.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Justificativa

A presente proposição visa a proporcionar o debate pelas Comissões Permanentes desta Casa, diretamente envolvidas no tema do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, sobre os impactos que serão causados pela utilização comercial do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), em especial o que diz respeito às comunidades quilombolas da região onde se localiza o Centro.

O objetivo ao propor esta Audiência Pública, é discutir as mudanças que serão implementadas na vida das comunidades locais com a exploração comercial do CLA, ainda mais quando aquelas famílias quilombolas já tiveram seus direitos violados desde a implantação da Base de Alcântara e pelas medidas adotadas pela implementação dos acordos celebrados anteriormente.

Por considerar que trata-se de um debate essencial neste momento em que a CREDN e a CCTCI deverá se debruçar sobre a Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, espero contar com o apoio dos senhores e das senhoras deputadas para a sua aprovação.

Sala da Comissão, em 27 de junho de 2019.

Deputado MARCIO JERRY
PCdoB-MA